

IPES Texto para Discussão

Publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

Análise do desempenho das exportações brasileiras de açúcar e as restrições da União Européia a partir de 1995

Divanildo Triches – IPES/UCS
Soraia Santos da Silva – IPES/UCS

Abril de 2009

Texto nº 031



CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS
E COMÉRCIO INTERNACIONAL
INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

REITOR

Prof. Isidoro Zorzi

VICE-REITOR

Prof. José Carlos Avino

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. José Clemente Posenato

**CENTRO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, CONTÁBEIS, E COMÉRCIO
INTERNACIONAL**

Prof^a Maria Carolina Rosa Gullo

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Prof Divanildo Triches

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Divanildo Triches

Wilson Luís Caldart

PROFESSORES PESQUISADORES

Divanildo Triches

Enrique Pereira de Almeida

Soraia Santos da Silva

Wilson Luís Caldart

AUXILIARES DE PESQUISA

Marli Teresinha Giani

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Publicação do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais e do Centro de Ciências Econômicas, Contábeis e Comércio Internacional da Universidade de Caxias do Sul, para divulgar, em versão preliminar, a produção científica e acadêmica de professores, alunos e, também, trabalhos apresentados em seminários e estudos feitos por pesquisadores e convidados de outras instituições.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

Centro de Ciências Econômicas, Contábeis e Comércio Internacional

Universidade de Caxias do Sul

Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – 95070-560, Caxias do Sul – RS

ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95201-972, Bloco J – Sala 401

Telefone/ Fax (54) 3218 21 00, ramal 2243

<http://www.ucs.br>

Análise do desempenho das exportações brasileiras de açúcar e as restrições da União Européia a partir de 1995

Versão 20.11.2008

Divanildo Triches*
Soraia Santos da Silva**

Resumo

Esse trabalho tem por objetivo analisar o desempenho das exportações da agroindústria brasileira do açúcar e investigar as barreiras impostas pela União Européia (UE) ao açúcar brasileiro. A evolução da agroindústria açucareira brasileira tem maior destaque na década de 70., com o advento do Pró-Álcool, programa que substituiu parte do consumo de gasolina por etanol, álcool obtido da cana-de-açúcar. Esse segmento está centrado nas Regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul. Os resultados mostram que a produção mundial de açúcar tem aumentado constantemente a uma taxa de 1,4%, alcançando mais de 1.280 milhões de toneladas em 2005. Dentre os maiores consumidores, encontram-se a Índia, a União Européia, o Brasil, os Estados Unidos e a China. O açúcar tende a ser um dos produtos mais afetados pelas medidas protecionistas, desde o controle nas importações por meio de cotas e tarifas até subsídios à produção e exportação, como é o exemplo da União Européia. Internamente, o bloco regulamenta o setor por meio da Organização Comum do Mercado de Açúcar, com uma política de elevados subsídios e com a imposição de barreiras, em particular, ao açúcar brasileiro como cotas, os subsídios, as isenções concedidas a terceiros países. As controvérsias sobre o açúcar na Organização Mundial do Comércio ainda não tem uma solução definitiva, embora o governo brasileiro espera que a União Européia dê cumprimento às determinações do Órgão de Apelação.

Palavras-chave: Cadeia produtiva do açúcar brasileiro; mercado mundial do açúcar; barreiras; União Européia.

Title: *Analysis of the performance of the Brazilian sugar exportations and the restrictions of the European Union from 1995*

Abstract

The objective of this paper is to analyze the performance of the export sugar cane from Brazilian agro-industries and to investigate the trade barriers imposed for European União (UE) to the Brazilian sugar cane. In 70's the Brazilian sugar cane agro-industries had a great stimulus with the Pro-Alcohol, program that substituted part of the gasoline consumption for etanol, in which it is gotten alcohol of the sugar cane. This segment is mainly located in the regions North-Northeast and Center-South of Brazil.. The results show that the world-wide production of sugar has increased constantly to a rate of 1,4% per year, reaching more than 1,280 million ton in 2005. Among the biggest consumers of sugar cane, one can point out India, the European Union, Brazil, United States and China. The sugar is products that have many trade barriers. They are the control in the its imports like quotas and tariffs and subsidies to the production and export. The European Union, for instance, regulates the sector by means of the Common Organization of the Market of Sugar. The policy is to adopt subsidies and the

* Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor e Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômicas e Sociais da Universidade de Caxias do Sul (IPES/UCS) e no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale dos Sinos, PPGE/UNISINOS. E. mails.: dtriches@ucs.br. e divanildot@unisinobr.

** Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora e pesquisadora no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da Universidade de Caxias do Sul (IPES/UCS) E.mail: soraia.santos@ufrgs.br

imposition of barriers, in particular, to the Brazilian sugar cane. The controversies on the sugar has been discussed into the World trade organization but until now there is not a definitive solution yet, even so the Brazilian government hope that the European Union fulfills to the decision of the Agency of Appeal.

Keywords: Productive chain, sugar cane, sugar world markets, import restrictions.

JEL Classification: **O13, Q12, Q13.**

1 Introdução

Tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento mantêm práticas comerciais que dificultam o acesso de produtos externos em seus mercados. Eles se utilizam, não apenas de barreiras tarifárias, mas também de instrumentos protecionistas, como as barreiras não-tarifárias. Desde a criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1947, as barreiras tarifárias têm sofrido uma progressiva redução. A expectativa é de que elas sejam reduzidas ainda mais com a globalização dos mercados mundiais, os acordos preferenciais de comércio entre os países e a formação de blocos econômicos.

As barreiras não tarifárias, por sua vez, vêm ganhando importância como uma forma de proteção aos mercados nacionais. Essas restrições comerciais podem, por um lado, proporcionar exigências legítimas de segurança e de proteção à saúde. Mas, por outro lado, tais barreiras são novas formas de protecionismo que, implicitamente, representam demandas legítimas de grupo de interesse de pressão política em favor de um determinado segmento econômico.

Nesse contexto, ressalta-se ainda o papel dos subsídios, que assumem forma de barreira não-tarifária. Esses são utilizados em grande escala em setores como o agropecuário, afetando o comércio internacional de maneiras distintas. A sua utilização tem o papel de incrementar a produção doméstica, eliminando assim as possíveis importações e desviam comércio para terceiros mercados em detrimento de exportações mais competitivas de outros países. A combinação de tais efeitos provoca redução e/ou distorção nos preços internacionais de produtos importantes da pauta de exportações do Brasil, como é o caso do açúcar.

O estudo tem por objetivo analisar o desempenho das exportações da agroindústria brasileira do açúcar e investigar as barreiras impostas pela União Européia ao açúcar brasileiro, após o ano de 1995. Para isso, o texto está organizado, além dessa introdução, como segue: na seção 2, faz uma análise da produção nacional do açúcar. Na seção 3, trata da evolução do mercado

mundial do açúcar. Os fundamentos da Política Agrícola Comum Europeia, as organizações comuns de mercado do açúcar na União Europeia e seus instrumentos regulatórios são avaliados na seção 4. Em seguida, na seção 5, encontram-se discutidas as negociações internacionais sobre o segmento açucareiro e a posição brasileira. Por último, as conclusões e as considerações finais estão tratadas na seção 6.

2 Produção nacional de açúcar

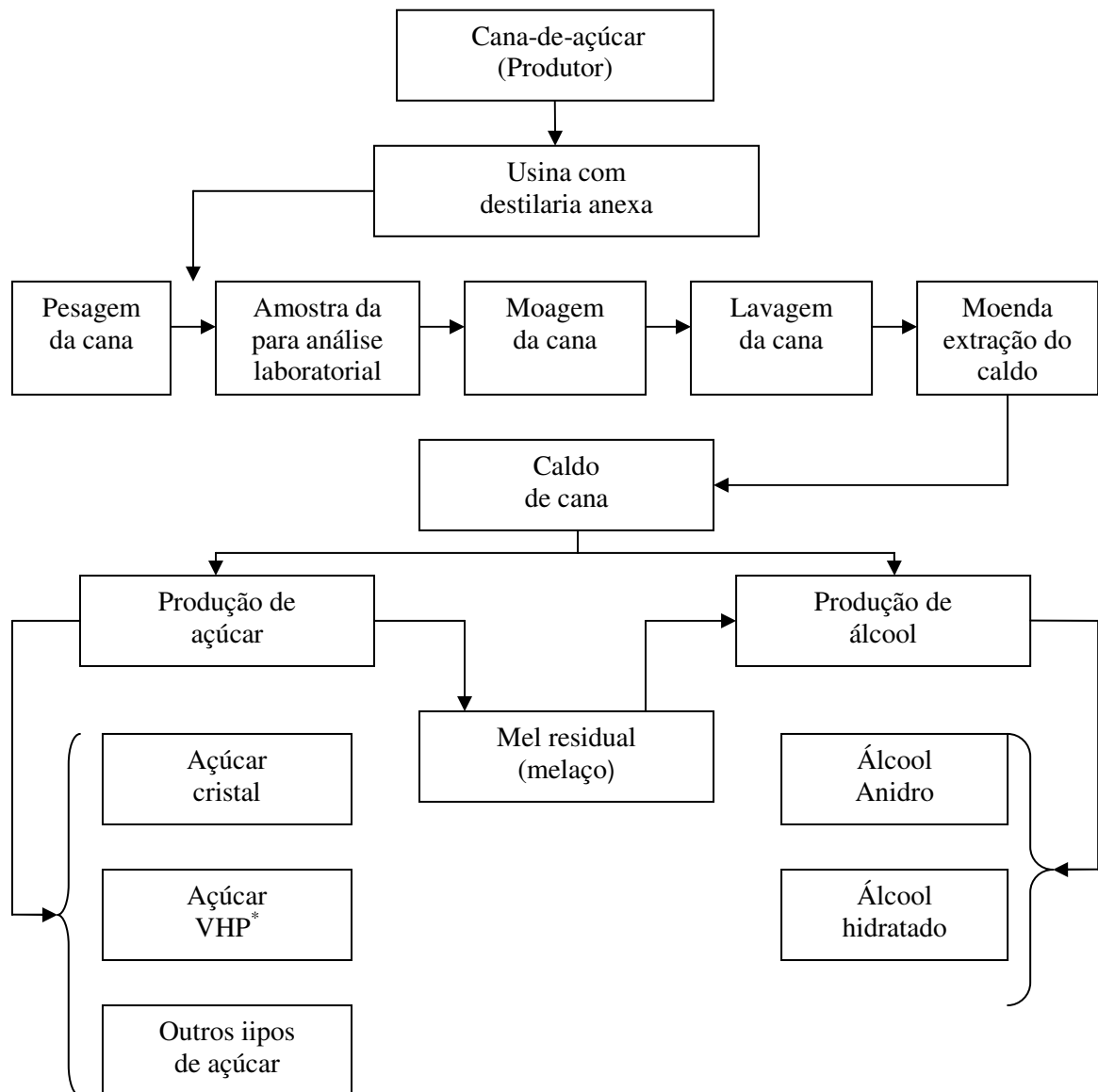
O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, maior produtor e consumidor mundial de álcool e maior exportador de açúcar. O sistema agroindustrial desse segmento esporta anualmente em torno de US\$ 2 bilhões. O setor do açúcar está organizado em forma de cadeia produtiva, a qual pode ser entendida como um conjunto de etapas que passam, e são processados e transformados os diversos bens intermediários. Em outras palavras, a cadeia produtiva é o conjunto de atividades econômicas que se articulam progressivamente, desde o início da elaboração de um produto.¹ É ainda uma segmentação longitudinal em que cada fase do processo produtivo está representada por uma empresa ou por um conjunto delas. Nesse sentido, as cadeias resultam da crescente divisão e especialização do trabalho e na maior interdependência entre todos os segmentos produtivos, que incluem os elos entre matérias-primas básicas, máquinas e equipamentos, produtos de consumo intermediário e produto final, bem como sua distribuição e comercialização. A constituição de uma cadeia produtiva tende a passar por um processo de desintegração vertical e pela especialização técnica e social.²

Uma reprodução simplificada da parte da cadeia produtiva do segmento açucareiro e do processo produtivo de uma usina, com destilaria anexa, pode ser observada na figura 1. Nota-se que uma unidade produtora de moagem de cana-de-açúcar tem a possibilidade de produzir tanto açúcar como álcool em uma determinada planta industrial. Isso significa que o restante residual ou melaço, isto é, subproduto resultante da produção de açúcar, pode ser destinado também para a produção de álcool.

¹ A origem da pesquisa em cadeias produtivas está nos trabalhos franceses de *filière*, como o de Belon (1983). Na América Latina, esse tema, em parte, deve-se ao ex-aluno de Leontief, o economista argentino Edgardo Lifschitz, como tratam Prochnik e Haguenuer (2001) e Batalha (1997, cap. 1).

² Uma abordagem mais detalhada sobre a concepção de cadeias produtivas e de economia regional pode ser encontrada em Castro (2002), Clemente & Higachi (2000), Cunha (1994), Haddad (1989), Prochnik e Haguenuer (2001), Triches et al. (2004), Triches et al. (2005), e, principalmente, Batalha (1997).

Figura 1: Fluxograma do processo produtivo do açúcar e álcool



Fonte: Lamounier et al. (2006, p. 4).

* Açúcar VHP (*Very High Polarization*): consiste num açúcar utilizado como matéria-prima para outros processos, também em cujo processo de fabricação o tratamento do caldo é mínimo ou nenhum e cuja massa cozida sofreu lavagem reduzida na centrífuga, de 99,3° de polarização e 0,15% de umidade. Desenvolvido em 1993, o açúcar VHP destina-se ao mercado externo. Trata-se de um açúcar bruto, que permite aos clientes transformá-lo em diferentes tipos de açúcar para o consumo.

Desse modo, uma característica relevante da indústria sucroalcooleira é a flexibilidade de sua produção. As usinas que possuem destilarias anexas podem direcionar o caldo da cana oriundo da moagem para a produção de açúcar ou para a produção de álcool. O processo de produção de açúcar e álcool inicia com a chegada da cana-de-açúcar à usina. Após a pesagem e a retirada de

amostra para análise laboratorial, a cana é levada ao preparo para moagem, onde é lavada e, após, segue para as moendas, para que seja extraído o caldo.³ A quantidade de caldo destinado à produção de cada um dos produtos dependerá da estratégia de comercialização de cada unidade produtora. Dentro do setor existem usinas que, historicamente, privilegiam a produção de açúcar e há também outras que privilegiam a produção de álcool. De acordo com Lamounier et al. (2006), cerca de 80% do custo de produção de açúcar e álcool compreendem as etapas de produção, limpeza, moagem da cana e o tratamento do caldo.⁴

A flexibilidade na composição do *mix* entre açúcar e álcool é um instrumento de políticas estratégicas, que possibilita aos produtores redirecionarem sua produção frente aos movimentos dos mercados de ambos os produtos. Assim, segundo Marjotta-Maistro (2002), os produtores formam expectativas com relação aos preços e às quantidades demandadas de açúcar e álcool, com base num conjunto de informações observadas. Isso significa que o volume e a escolha da produção dependem do comportamento do mercado interno, externo e de grande parte do financiamento do setor sucroalcooleiro que, por sua vez, é feito por meios de contratos de longo prazo de fornecimento de açúcar para os *traders*, que atuam em território brasileiro.

A cadeia produtiva da cana-de-açúcar, para Moraes (2004), além de ser caracterizada pela flexibilidade de gerar produtos ligados a mercados tão distintos é bastante complexa e apresenta elevado grau de imprevisibilidade. Tal fato está associado à origem agrícola do principal insumo que é a cana-de-açúcar. Trata-se da produção de uma matéria-prima sujeita aos riscos climáticos, fitossanitários e à sazonalidade da produção. Esses fatores interferem diretamente na quantidade e qualidade e no custo em insumo que são adquiridos pela agroindústria ou a usina.

O setor sucroalcooleiro do Brasil está dividido em duas regiões bastante distintas: Norte-Nordeste e Centro-Sul, cujas vocações, estratégias e níveis de produtividade são

³ Algumas usinas já possuem uma tecnologia mais avançada com a utilização de um equipamento chamado difusor, ao invés do uso da moenda. Esse equipamento utiliza o processo de difusão (separação por osmose) na extração da cana, conseguindo assim uma maior extração de caldo. Já as moendas utilizam o processo de moagem da cana.

⁴ Outros estudos empíricos que tratam da cana de açúcar podem ser encontrados em Alves e Bacchi (2004) Amaral et al. (2006), Costa e Burnquist (2005) Herrera et al. (2005), Moraes (2004), Moura (2001), Salomão (2005), Waack e Neves (1998), etc.

bastante diferentes.⁵ Segundo a Secretaria de Produção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa, 2006), existem no Brasil 381 unidades produtoras de açúcar e de álcool, sendo que, desse total, 276 unidades (73%) estão localizadas na Região Centro-Sul, e as restantes 105 unidades na Região Norte-Nordeste. A Região Centro-Sul domina a fabricação de açúcar cristal e refinado, enquanto o Norte-Nordeste produz, em maior proporção, o tipo demerara que é destinado quase que integralmente à exportação.

Na tabela 1 é demonstrada a produção de açúcar em safras selecionadas, nas Regiões Norte-Nordeste e Centro-Sul. Verifica-se que, na Região Norte-Nordeste, os maiores produtores de açúcar são os Estados de Alagoas e Pernambuco, e enquanto na Região Centro-Sul é o Estado de São Paulo. A produção do açúcar na safra de 1995/1996 na região produtora Norte-Nordeste representava 26,31% do total do que era produzido no Brasil, já na região produtora Centro-Sul essa participação ficou em 73,69%. Na safra de 2000/2001, a participação da Região Norte-Nordeste foi reduzida para 22,12% em relação ao total, devido aos ganhos de produtividade da região produtora Centro-Sul, que passou a participar com 77,88% do total de açúcar produzido. Tal resultado também é observado nas safras de 2003/2004 e 2004/2005, em que a Região Norte-Nordeste passou a perder participação em relação à produção total de açúcar chegando a uma participação média em torno de 17% e a Região Centro-Sul no referido período vem apresentando uma elevação em sua produção, chegando a uma participação oscilando entre 82% a 83%.

Segundo o Mapa (2006), a maior parte da cana-de-açúcar plantada em território brasileiro é destinada à agroindústria canavieira. Na safra de 2004/2005, foram moídos cerca de 381 milhões de toneladas de cana-de-açúcar para a produção de açúcar e de álcool. Esse total representou cerca de 92% do total de cana produzida pelo Brasil nesse período, algo em torno de 416 milhões de toneladas. O Brasil tem o menor custo de produção de açúcar entre os principais produtores no mercado internacional, com US\$ 120/tonelada.⁶ Destaca-se

⁵ Os seguintes estados fazem parte do setor sucroalcooleiro na Região Norte-Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins. Já a Região Centro-Sul é composta pelos estados de: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

⁶ Na Tailândia, o custo de produção do açúcar é de US\$ 178/tonelada, na Austrália é de US\$ 195/tonelada. Ambos se utilizam da cana-de-açúcar como matéria-prima. Já os Estados Unidos utiliza o milho, cujo custo é estimado em US\$ 290/tonelada. A União Européia, que concede elevados subsídios à produção de açúcar para exportação, tem os custos médios de US\$ 760 por tonelada produzida, e a matéria-prima utilizada é a beterraba, como mostram Herrera et al. (2005) e Salomão (2005, p. 32).

também que a matéria-prima utilizada para produção de açúcar é feita exclusivamente a partir da cana-de-açúcar. A vantagem é que a essa matéria-prima pode ser processada tanto para a fabricação de açúcar como para álcool (como demonstrado na figura 2). Atualmente, a cana-de-açúcar é destinada para cada um dos produtos em proporções relativamente equivalentes.

Tabela 1 – Produção de açúcar no Brasil por região em safras selecionadas (em mil toneladas)

Regiões	1995/ 1996	%	2000/ 2001	%	2003/ 2004	%	2004/ 2005	%
Norte- Nordeste	3.328.	26,31	3.540.	22,12	4.450.	17,87	4.536.	17,03
Centro-Sul	9.322.	73,69	12.465.	77,88	20.451.	82,13	22.095	82,97
Total Brasil	12.651.	100,0	16.006.	100,0	24.902.	100,0	26.632	100,0

Fonte: Mapa, (2006 p. 2-9).

Nota: Período da safra: Região Centro-Sul: maio a abril; Região Norte/Nordeste: setembro a agosto

A relevância do agronegócio sucroalcooleiro, no Brasil, é nítida, pois representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola nacional e 35% do PIB agrícola paulista. A importância socioeconômica da atividade também é destacada, abrangendo 350 municípios do Estado de São Paulo. Existem atualmente 168 unidades processadoras de cana-de-açúcar nesse estado, cadastradas na Secretaria de Produção do Ministério da Agricultura, das quais a grande parte está apta à produção de açúcar ou de álcool. Na Região Centro-Sul, a safra estende-se de maio de um ano a abril do ano seguinte, enquanto na Região Norte-Nordeste a mesma safra inicia-se em setembro de um ano e vai até agosto do ano seguinte. Essa característica faz com que se produzam açúcar e álcool o ano todo no Brasil.

A cadeia produtiva da cana-de-açúcar brasileira gera 1,2 milhões de empregos diretos e 3 milhões de empregos indiretos no País e 600 mil postos de trabalho no Estado de São Paulo, sendo o piso salarial, em média, 70% superior ao salário mínimo, como mostra Herrera et al. (2005). Embora a produção de açúcar no Estado de São Paulo não se caracterize como concentrada, deve-se notar que podem existir obstáculos distributivos ao longo da cadeia produtiva. Por exemplo, quando se considera o mercado relevante para a cana-de-açúcar, os custos de transporte delimitam regiões produtivas com um número bem menor de compradores (MORAES, 2004). Analisando-se a existência de grupos produtores, os que detêm várias usinas, nota-se que a concentração da produção torna-se maior em São Paulo.

Assim, verifica-se que três grandes grupos foram responsáveis por 63% de toda a cana moída no estado e por 37,8% da produção de açúcar em 2001.⁷

3 Evolução do mercado internacional do açúcar

A produção mundial de açúcar tem aumentado constantemente, no período de 1990 a 2005. A taxa média anual de crescimento da produção verificada, nesse período, foi de 1,4%, alcançando mais de 1.280 milhões de toneladas em 2005, como mostra a tabela 2. Dentre os países maiores produtores, o Brasil aparece em primeiro lugar, com uma produção aproximada de 422,9 milhões de toneladas, ou 32,8% da oferta global. É ainda o país que registrou a maior taxa de crescimento médio anual, com 3,2% nos últimos 15 anos. A Índia e a China destacam-se na segunda e na terceira posições, com 87,5 e 47,2 milhões de toneladas produzidas de açúcar respectivamente; portanto, bem abaixo do primeiro colocado. A Tailândia desponta na quarta posição como maior produtora de açúcar com 3,8% do total mundial produzido em 2005. Paquistão e México aparecem logo a seguir com uma proporção de 3,7% e 3,5% em relação ao total, nesse período, respectivamente.

A produção de açúcar mexicana, contudo, tem apresentado uma das menores taxas anuais de crescimento com 0,8%. Destaca-se a Austrália, que aparece na oitava posição como maior produtora de açúcar, com uma participação de 2,9% do total mundial ofertado, mas ocupou a segunda classificação em termos de taxa média geométrica anual, ou seja, de três pontos percentuais. Observa-se, finalmente, que, no conjunto, esses oito países são responsáveis por 75% de todo o açúcar produzido em nível mundial, ou seja, resta para o universo dos demais uma participação no total de 25%, a qual vem declinando ao longo do tempo. Esse fato também pode ser comprovado pela taxa média anual negativa de crescimento, *i.e.*, - 0,1 ponto percentual no período dos 15 anos.

As exportações mundiais de açúcar cresceram à taxa média anual de 3,6% no período de quinze anos, passando de cerca de 54,0 milhões de toneladas, em 1990, para mais de 89,0 milhões toneladas em 2005, conforme ilustra a tabela 3. Observa-se que a Colômbia é o

⁷ Individualmente, o maior grupo é a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (Copersucar), com 40,5% da cana plantada e 22,3% do total de açúcar produzido no estado. Os três maiores grupos englobam 50 usinas, dentre as quais muitas delas fazem parte do grupo das 10 maiores do Estado de São Paulo (MORAES, 2004).

principal país exportador com participação crescente, isto é, em 1990 detinha quase a metade das vendas mundiais, enquanto 15 anos mais tarde passou para a 62%, com um crescimento médio anual de 5,4%. A Malásia figurava, em 1990, como o terceiro maior exportador de açúcar, com 8,6% do total e, em 2005, passou para 13,6% assumindo a segunda colocação. O México, o Egito e o Brasil seguem, na ordem, terceiro, quarto e quinto classificados como maiores exportadores mundiais de açúcar em 2005 com uma participação de 5,8%, 5,4% e 4,8%. O destaque em termos de queda no crescimento e na participação ficou por conta da França. Em 1990, esse país vendia para o mercado internacional de açúcar 16,5% do total, ocupando portanto, a segunda classificação entre os países exportadores. Quinze anos após, a França caiu para a sexta posição, apresentando uma taxa média anual negativa de 10,3%.

Tabela 2 – Evolução da produção de açúcar nos principais países, no período de 1990 a 2005 (mil toneladas)

País/Ano	1990	%	1995	2000	2005	%	Variação (%)*
Brasil	262.674	25,0	303.699	327.704	422.956	32,8	3,2
Índia	225.569	21,5	275.540	299.230	237.088	18,4	0,3
China	63.451	6,0	70.728	69.298	87.513	6,8	2,2
Tailândia	40.661	3,9	50.597	69.298	49.572	3,8	1,3
Paquistão	35.493	3,4	47.168	46.332	47.244	3,7	1,9
México	39.919	3,8	44.452	44.100	45.195	3,5	0,8
Colômbia	27.790	2,6	32.000	33.400	39.849	3,1	2,4
Austrália	24.369	2,3	34.943	38.164	37.822	2,9	3,0
Demais	330.296	31,5	311.240	321.106	323.106	25,0	-0,1
Total	1.050.222	100,0	1.170.367	1.249.196	1.290.345	100,0	1,4

Fonte: Faostat Agriculture.

* Refere-se à taxa média geométrica de variação anual no período.

Salienta-se que o Brasil exporta açúcar demerara, cristal e refinado. Quanto ao primeiro item, os Estados Unidos tem-se constituído um mercado cativo do produto. E, pela sua proximidade, devido aos menores custos de embarque, e por ser o açúcar enviado a granel, a Região Norte-Nordeste tem se caracterizando a principal exportadora para aquele mercado. O açúcar cristal e o refinado são exportados principalmente pela Região Centro-Sul do País. Os principais mercados desses tipos de açúcares são a África e, ultimamente, a Ásia. O Brasil conquistou também, em 1994, o mercado da Rússia para o açúcar cristal, suprimindo as lacunas de Cuba, até então principal fornecedor para o Leste Europeu. Por fim, salienta-se

que as vendas externas de açúcar estão bastante concentradas no âmbito mundial. A tabela 2 mostra ainda que, no conjunto, os sete principais países exportadores participavam com quase 94% do total das exportações mundiais.

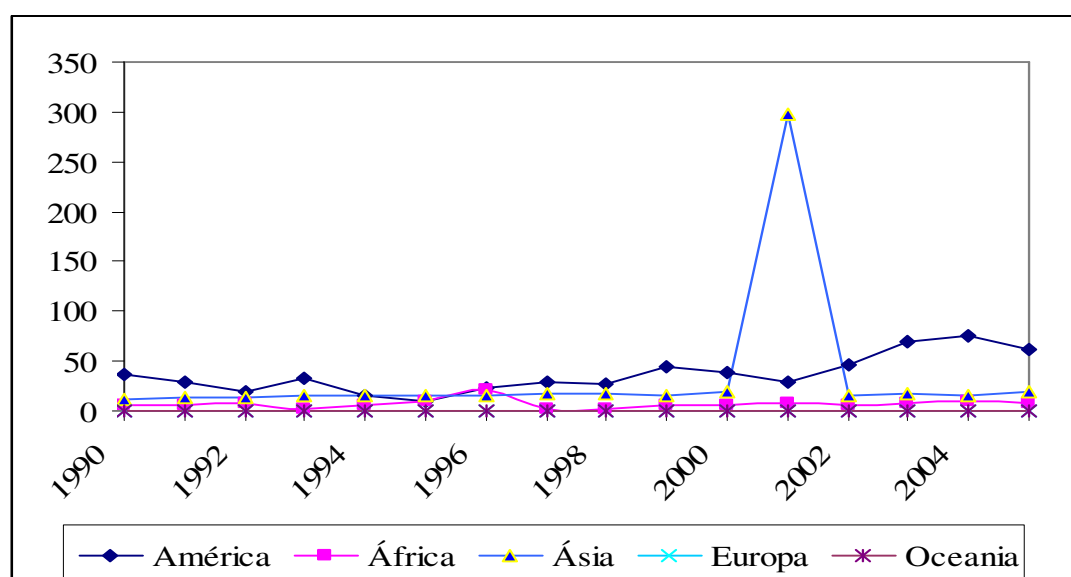
Tabela 3: Evolução das exportações mundiais de açúcar no período de 1990 a 2005 (milhões toneladas)

País/Ano	1990	%	1995	2000	2005	%	Varição (%)*
Colômbia	26,50	48,5	21,00	36,78	55,70	62,0	5,4
Malásia	4,67	8,6	9,80	10,83	12,25	13,6	7,3
México	0,01	0,0	0,01	0,34	5,21	5,8	56,3
Egito	0,61	1,1	4,59	4,84	4,85	5,4	16,0
Brasil	3,25	6,0	5,60	3,82	4,28	4,8	2,0
França	8,99	16,5	2,51	1,76	1,97	2,2	-10,3
China	3,01	5,5	2,85	2,87	1,63	1,8	-4,3
Demais	7,55	13,8	40,27	3,79	3,89	4,3	-4,6
Total	54,59	100,0	86,63	65,03	89,78	100,0	3,6

Fonte: Faostat Agriculture.

* Refere-se à taxa média geométrica de variação anual no período.

Figura 2: Comportamento das importações de açúcar de cana por continente, no período de 1990 a 2004 (em milhões toneladas)



Fonte: Faostat Agriculture.

No que tange às importações verificadas de açúcar de cana, no decorrer do período de 1990 a 2005, nota-se que o continente americano é o principal comprador no mercado internacional, mantendo na faixa de 50 milhões de toneladas ao longo do período, como ilustra a figura 2. Em seguida, aparecem os continentes asiático, e africano, que também mantiveram as importações de açúcar de cana relativamente constante no decorrer de 1990 a 2004.

Tabela 4 – Evolução do consumo de açúcar nos principais países, no período de 1990 a 2005 (mil toneladas)

País/Ano	1990	%	1995	2000	2005	%	Varição (%)*
Índia	200.977,	29,0	202.666,	204.573,	221.122	25,0	0,7
China	61.792,	8,9	62.566,	66.459,	100.895,	11,4	3,5
Brasil	60.032	8,7	66.360,	76781,	73.841,	8,4	1,5
Estados Unidos	32.024,	4,6	36.957,	41.118,	36.933,	4,2	1,0
Paquistão	27.141,	3,9	28.414	33.245,	35.184,	4,0	1,8
México	30.341,	4,4	29.321,	29.446,	31.887,	3,6	0,3
Indonésia	22.276,	3,2	26.186,	29.461,	29.882,	3,4	2,1
Tailândia	15.010,	2,2	17.529	20.902	24.925	2,8	3,7
Demais	234.864	35,2	274.666	345.449	549.183	37,2	6,2
Total	693.457,	100,0	744.665,	847.434,	883.183,	100,0	1,7

Fonte: Faostat Agriculture.

* Refere-se à taxa média geométrica de variação anual no período.

No que tange ao mercado consumidor internacional, observa-se, por meio da tabela 4, que a Índia aparece na primeira posição com 29% do total mundial em 1990, caindo para um quarto em 2005, ou aproximadamente 220 mil toneladas. A economia indiana apresentou, no entanto, uma das menores taxas médias anuais de crescimento com 0,7%. A China é a segunda maior consumidora mundial de açúcar, cuja participação mundial passou de 8,9%, em 1990, para 11,4% em 2005, o que representa um crescimento médio anual de 3,5%. O Brasil e os Estados Unidos figuraram como o terceiro e o quarto maiores consumidores, nos quais as participações no total se mantiveram relativamente constantes na faixa de 8% e 4%, respectivamente. Por fim, destaque-se que os demais países exibiram uma taxa média anual de crescimento quase quatro vezes acima daquela observada no total mundial que foi 1,7% no

período de 1990 a 2005. Já o consumo médio mundial é de 20 kg *per capita*, podendo variar no intervalo de 58 a 7 kg.⁸

4 Restrições comerciais impostas pela União Européia ao açúcar

As principais restrições comerciais aplicadas pela União Européia ao açúcar de cana brasileiro são os subsídios, a cota tarifária, as isenções concedidas a terceiros países e o auxílio interno, como salienta MDIC (2006, p. 1-3). No total, o açúcar brasileiro tem enfrentado barreiras protecionistas impostas por aquele bloco em quase 200%. A produção de açúcar da União Européia oscila entre 15 a 18 milhões de toneladas, mais da metade é originária da França e da Alemanha. A principal entidade representativa do segmento de açúcar é o Comitê Europeu dos Fabricantes de Açúcar, que congrega grande parte dos 335 produtores de beterraba, cujo cultivo é de 2 milhões de hectares.

Os países integrantes da União Européia têm defendido os elevados subsídios à produção de açúcar por razões puramente estratégicas. Assim, para o açúcar brasileiro ingressar no mercado, é cobrada uma taxa de 417 euros por toneladas, além da fixação de uma cota anual de exportações de 300 mil toneladas. De maneira mais geral, a Pauta Aduaneira Comum, implementada em julho de 2000 pela União Européia, estabelece: a) a tarifa *ad valorem* sobre a importação de açúcar é de 66,39%, o que corresponde a 339 euros por tonelada; b) uma cota conjunta com Cuba e de terceiros países de 23.930 toneladas com tarifa de 9,8 euros por tonelada, o que significa uma tarifa de 19%; c) para os países signatários do acordo contratual da Convenção de Lomé, a cota é de 1,5 milhão de toneladas, com o benefício da tarifa zero; d) os subsídios à exportação, consolidados na Organização Mundial do Comércio, foram 497,0 milhões de euros em 2000; e) a quantia destinada, como auxílio interno ao açúcar para os países membros foi 1.873 milhões de euros.

A partir da safra de açúcar 2003/2004, a política da União Européia estabeleceu, no regime do açúcar, o volume produzido com preços sustentados por um sistema limitado de cotas, divididas de A a C. Assim, a quota A de produção é usada para cobrir o consumo doméstico e, portanto, recebe uma sustentação de preços mais elevada, a qual é de aproximadamente 11,437 milhões de toneladas por ano. A cota B de produção é uma quantidade adicional que cobre a

⁸ Dados obtidos de MDIC (2006) e Herrera et al. (2005).

exportação de açúcar excedente, como uma compensação por não ter sido comercializada domesticamente. O volume exportado, que está ao redor de 2,281 milhões de toneladas, somente é possível por meio de subsídios. A cota C é a quantidade de produção acima da combinação das cotas A e B e não recebe suporte de preços. A produção de açúcar, nesse caso, é de 3,450 milhões de toneladas. Contudo, em termos práticos, o volume produzido sob a cota C não tem limite. Desse modo, a quantidade de açúcar refinado da União Européia para as exportações, incluindo as cotas C e parte da B, gira entre 7 a 8 milhões de toneladas. Esse resultado mostra que há um grande volume de açúcar exportado pelos países integrantes da União Européia, com reflexo direto sobre o preço internacional.

A relação dos preços e das quotas de produção de açúcar pelos países europeus é ilustrada pelo quadro 1. Observa-se que os países como Alemanha, Áustria, França e Reino Unido possuem custos marginais menores do que os preços mundiais, portanto; são capazes de produzir açúcar para o mercado mundial dentro da Cota C. Pela ordem de custos, viriam os países como Bélgica, Dinamarca, e Espanha, os quais podem abastecer os mercados nacionais, porque o custo marginal é menor do preço definido na cota B. Já Holanda, Irlanda e Suécia apresentam dificuldades em direcionar sua respectiva produção de açúcar no âmbito da cota B, por apresentarem custos marginais acima dos preços fixados para o consumo no bloco econômico. Por fim, países como Itália e Finlândia e, principalmente, Grécia e Portugal são os que revelam os preços mais elevados; por consequência, eles teriam dificuldade em atender à produção mesmo sob a cota A.

Quadro 1 - Relação dos preços e das quotas de produção de açúcar pelos países europeus

Relação dos preços e custos marginais	Países	Quota	Mercado
$C_{mg} < \text{preço mundial}$	Alemanha, Áustria, França e Reino Unido	C	Mercado mundial
$C_{mg} < \text{preços domésticos}$	Bélgica, Dinamarca e Espanha	B	Mercado nacional
$C_{mg} > \text{preços domésticos}$	Holanda, Irlanda e Suécia	B	Dificuldade na produção da quota B
$C_{mg} > \text{preço fixado para a cota A}$	Finlândia, Grécia, Itália e Portugal	A	Dificuldade na produção da quota A

Fonte: Costa e Burnquist (2005).

A política comum da União Européia, com elevados subsídios na produção de açúcar tende, a prejudicar as exportações dos países em desenvolvimento no mercado mundial, além de tornar pouco provável a entrada de açúcar no mercado europeu, a não ser por um acordo comercial específico como bloco. Assim, a concessão de subsídios implica aumento da produção, levando a um excesso de oferta doméstica com queda no preço que, por sua vez, exigem subsídios adicionais. Esse fato acaba levando uma redução também no preço internacional.

Além disso, o açúcar de cana tem concorrido com outros produtos substitutos no mercado mundial. O principal deles é o açúcar derivado da beterraba, amplamente produzido no continente europeu com altos subsídios. A extração industrial da sacarose, proveniente da raiz da beterraba iniciou depois do bloqueio continental decretado por Napoleão. Outros substitutos da sacarose são os adoçantes sintéticos. Nesse caso, torna-se imperioso o avanço de novas tecnologias na área da biotecnologia do açúcar de cana, para reduzir a competição entre os sintéticos desenvolvidos pela indústria química, farmacêuticas e alimentícias. O terceiro concorrente e com maior ameaça potencial é a frutose de milho. Deve-se a isso o fato de o milho ser mais facilmente transportado e armazenado do que a beterraba e a cana-de-açúcar, além da produção do milho ser menos suscetíveis as condições climáticas, portanto um produto livre da sazonalidade. Os Estados Unidos é o maior produtor mundial e utiliza essa alternativa contra a concorrência do açúcar derivado da cana e da beterraba.

5 As negociações internacionais sobre o setor de açúcar e a posição brasileira

O mercado do açúcar é considerado um dos mais distorcidos no contexto mundial. Esse fato se deve à manutenção de políticas que protegem os mercados nacionais e estimulam a produção interna, via transferências substanciais, particularmente por parte de países desenvolvidos. A defesa comercial e as negociações internacionais têm sido realizadas por intermédio de acordos regionais ou bilaterais, tais como Mercado Comum do Sul (Mercosul), União Européia –, Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e por meio do sistema multilateral, como Organização Mundial do Comércio (OMC)

O regime brasileiro do açúcar, por sua vez, leva em conta os seguintes aspectos: i) a produção e a venda de açúcar não obedecem a qualquer controle quantitativo ou de preços por parte do governo brasileiro; ii) não há cotas oficiais de produção ou de comercialização; iii) as

exportações de açúcar são livres e realizadas por conta e risco dos agentes privados sem qualquer imposto; iv) as importações são livres de barreiras não tarifárias, e sujeitas ao imposto de exportação que corresponde à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul (16% para o açúcar); v) os preços do açúcar são livres no mercado interno, orientam-se pelas regras do mercado e acompanham as dos preços no mercado internacional, cotados em Bolsa de Mercadorias e Futuros.

Algumas alternativas foram criadas pelo Brasil com a finalidade de reduzir os subsídios às exportações de açúcar, concedidos pela União Européia, como demonstra o quadro 2. Essas iniciativas têm sido amplamente respaldadas pela União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), sendo, portanto, favorável a um menor rigor na defesa dos acordos internacionais destinados a tornar menos protegidos os mercados de produtos agrícolas.

A partir do final de 2002, o Brasil passou a questionar a política da União Européia ao açúcar, como apresentado no quadro 2. Contudo, a União Européia consolidou sua posição como o segundo maior exportador mundial de açúcar com vendas ao exterior, que ultrapassaram 6 milhões de toneladas em 2000, de acordo com a Organização Internacional do Açúcar (OIA). O bloco europeu, na tentativa de mudar o foco de seus elevados subsídios para ajuda aos países em desenvolvimento, não conseguiu respaldo da OMC, pois afinal, o que o Brasil pretendia não era apenas ter acesso ao mercado europeu, mas que a União Européia cumprisse o acordo firmado ao longo da Rodada Uruguai. O referido bloco deveria reduzir os subsídios à exportação de açúcar no volume até 1,4 milhão de toneladas anuais. Sem tais incentivos, o açúcar europeu não teria vantagem comparativa em relação a outros países exportadores. Portanto, com perda na participação do mercado, o qual está estimado aproximadamente em US\$ 1 bilhão ao ano (Unica, 2005).

O principal questionamento do governo brasileiro ao regime europeu do açúcar tem sido naturalmente os subsídios elevados, os quais incluem preços mínimos garantidos para cerca de 13 milhões de toneladas consumidas internamente a cada ano. Além disso, a União Européia concede subsídios diretos às exportações de outros 3 milhões de toneladas de açúcar branco, o que estaria promovendo concorrência desleal com o açúcar branco brasileiro no mercado livre mundial. (Unica, 2005).

Quadro 2 – As negociações brasileiras junto a OMC para reduzir subsídios do açúcar europeu

Período	Descrição	Situação/Resultados
Set./02	Fase de consulta sobre os subsídios às exportações de açúcar, concedidos pela União Européia (UE). Para o Brasil, a UE não está cumprindo o acordo sobre agricultura assumido na Rodada do Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).	Desde jan./2001, o bloco europeu está comprometido a limitar o volume de 1.273,5 mil toneladas e o valor de 499, 1 milhões de euros às suas exportações de açúcar branco com subsídios. O bloco entende que não está comprometido a reduzir os subsídios que concede a exportações adicionais do produto.
21 a 22/nov.02	Brasil questionou a política para o setor de açúcar da União Européia, em reunião realizada em Genebra. EU utilizou como alegação os países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP), que recebem tratamento especial quanto aos volumes e preços de açúcar que embarcam para lá, ao amparo de acordos de preferências comerciais.	O encontro expôs conflitos e deixou muitas perguntas sem respostas. Os representantes do governo brasileiro deixaram claro que o que está em discussão não é o tratamento diferenciado recebido pelas ex-colônias da ACP.
1º sem./ 03	Brasil continua com o processo de controvérsia contra o mercado do açúcar europeu.*	Falta de consenso entre os países membros da OMC sobre o prazo para definir os parâmetros às negociações de abertura do setor agrícola na Rodada de Doha, que expirou em 31/03/03.**
2º sem./ 03	Contencioso cujo alvo é o subsídio excessivo à exportação de açúcar, concedido pela UE, que fere os acordos firmados na Rodada Uruguai. É a mesma alegação anterior.	Entrada do Brasil com pedido de painel (comitê de arbitragem) no órgão de solução de controvérsias da OMC, oficializada em 21/07/03. O pedido foi barrado pela União Européia
mar./abr.04	Primeira reunião do Comitê de Arbitragem realizado no âmbito do Órgão de Solução de controvérsias (OSC), da OMC em Genebra.	Nada foi acertado. A reunião seguinte ficou estabelecida para mai./04. Em ago./04, o relatório preliminar (OSC) da OMC considerou correta a argumentação de que o bloco europeu concede subsídios acima do que foi firmado em compromissos comerciais anteriores. Em out./04 a OMC confirmou a decisão da OSC.
05	A UE entrou com recursos, em jan./ 05, contra a vitória do Brasil na OMC, quanto à disputa de subsídios ao açúcar. Mas sem sucesso, pois a OMC decidiu dar um prazo para o Bloco Europeu até maio/06 para implementar a decisão da OSC.	
06	Os membros da UE concordaram em reduzir em fev./mar. sua cota de produção doméstica de açúcar, o que se efetivou	

Fonte: ÚNICA (2005)

*Controvérsias são definidas como uma diferença que surge normalmente, quando um país adota uma política comercial ou toma uma medida que, na opinião de outro membro, infringe as disposições da OMC ou constitui um descumprimento das obrigações assumidas.

**A Rodada de Doha surgiu na IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida em Doha, no Catar.

Ao final do encontro na Suíça, ficou claro que a estratégia da União Européia era protelar a resposta às dúvidas apresentadas pela OMC. O Brasil, no entanto, mostrou disposição de continuar com tais alegações, com a finalidade de obter um mercado mais livre de açúcar. Assim, no final de março de 2003, o prazo expirou para a definição dos parâmetros para as negociações de abertura do setor agrícola na Rodada de Doha. Tal situação não afetou o questionamento do governo brasileiro em relação às exportações subsidiadas de açúcar da União Européia. Ao contrário, o prazo ficou estipulado para 15/05/2003, para a entrada do Brasil no painel da OMC, em relação ao açúcar subsidiado pela União Européia.

Já no segundo semestre de 2003, o governo brasileiro protocolou um pedido de painel (comitê de arbitragem) no OMC contra os elevados subsídios do açúcar concedidos pela União Européia. Essa solicitação deixou claro que a questão estaria vinculada ao Acordo sobre Agricultura assumido na Rodada do Uruguai, independente da política européia de importação preferencial, mas foi bloqueado pela União Européia.

Em setembro de 2003, foi realizada uma Conferência Ministerial entre os 146 países membros da OMC, em Cancun, México, o que atrasou o desenrolar da Rodada de Doha, como também representou mais um obstáculo à liberalização do comércio mundial do açúcar. Com as negociações multilaterais bloqueadas – qualquer avanço na OMC depende de consenso –, torna-se praticamente inviável obter resultados positivos em relação ao açúcar nas conversações regionais, principalmente no caso da área de Livre Comércio das Américas (Alca). A liberação dos mercados do açúcar e álcool estaria fora da pauta de negociações pelos próximos dez anos, uma vez que o Mercado Comum do Sul (Mercosul) falhou em estabelecer um acordo sobre a referida controvérsia. Questionada por prática protecionista em relação ao açúcar pelo painel (comitê de arbitragem) da OMC, a União Européia passou a discutir a reforma de seu regime para o produto, firmado em 2001. Em setembro de 2002, a Comissão Européia – órgão executivo do bloco – abriu discussão sobre a reforma do regime do açúcar apresentando três cenários. No primeiro, o regime seria prolongado até 2006. As reduções das cotas de produção, tarifas e preços seriam realizados dentro das normas da OMC em vigor.

A segunda alternativa envolveria a redução progressiva das cotas de produção, com o preço praticado no mercado interno mais próximo do açúcar importado fora do sistema de preferências. A queda de preço decorrente seria em parte compensada pela concessão aos

produtores de açúcar do benefício de um pagamento único. A terceira possibilidade seria a liberalização completa do atual regime. Os produtores seriam integrados ao sistema de Pagamento Agrícola Único e haveria a eliminação total de tarifas de importação, e as restrições ao volume adquirido seriam reavaliadas.

Em agosto de 2004, a Organização de Solução de Controvérsias deu ganho de causa ao Brasil, deliberando que o pedido de arbitragem estava correto. Também deferiu favoravelmente ao Brasil no que se refere à questão do açúcar da cota C (volume fabricado além das cotas A para o mercado interno e B para exportação com direito a subsídio). A OMC ratificou a decisão da Organização de Solução de Controvérsias, estabelecendo que os subsídios da União Européia à exportação de açúcar estariam violando as regras internacionais de comércio.

A União Européia protocolou um recurso, em janeiro de 2005, para que a OMC revisasse a sua decisão de condenar os subsídios dados por Bruxelas à exportação de açúcar, pedindo, portanto, um novo julgamento. O resultado foi novamente desfavorável à União Européia, porque a OMC acabou fixando um prazo limite para 22/05/2006, para que o bloco implementasse a decisão do Órgão de Solução de Controvérsias, isto é, limitasse a exportação de açúcar subsidiado ao volume e valor acordado por ocasião da assinatura do Acordo sobre a Agricultura na Rodada Uruguai.

Os países membros do bloco europeu concordaram em reduzir, no primeiro trimestre de 2006, sua cota de produção doméstica de açúcar, como a isogluose e o xarope de inulina em 2,5 milhões de toneladas. Isso representaria em torno de 13,6% sobre o total produzido na safra 2006/2007, como forma de implementar a reforma do regime do açúcar. A reforma, que estava prevista para entrar em vigor em julho de 2006, incluía redução de 36% no preço de sustentação do açúcar e um fundo de reestruturação para estimular produtores sem competitividade em deixar o setor. Com isso, pode-se concluir que os subsídios concedidos ao açúcar pela União Européia permanecerão por um longo tempo. Pois, inicialmente, a União Européia fez a proposta de reduzir o auxílio financeiro, em 2007, e após o prazo expirado em maio de 2006, a União Européia ampliou esse prazo para 2010, alegando curto prazo para adaptar sua política agrícola.

Por último, o contencioso, que envolve o setor de açúcar, constituiu passo importante rumo ao fim das distorções no comércio agrícola mundial. Ressalta-se a necessidade de assegurar a plena integração da agricultura às disciplinas acordadas no âmbito da OMC. O governo brasileiro acredita que a União Européia dê cumprimento às determinações do Órgão de Apelação no menor prazo possível, em sinal inequívoco de seu respeito às disciplinas multilaterais de comércio.

6 Conclusões e considerações finais

A evolução da agroindústria açucareira brasileira tem maior destaque na década de 1970. com o advento do Pró-Álcool, programa do governo que substituiu parte do consumo de gasolina por etanol, álcool obtido da cana-de-açúcar. Após a metade da década de 80, há redução da produção de carros a álcool e, portanto, da demanda de álcool. Houve uma compensação na expansão da capacidade produtiva e das áreas ocupadas pelo cultivo da cana-de-açúcar, o que propiciou ao Brasil produzir um maior volume de açúcar para atender à demanda do mercado interno e seu excedente ao mercado externo. Esse fator fez com a economia brasileira passasse a ser a maior produtora mundial com quase um terço da oferta global.

O segmento sucroalcooleiro brasileiro está centrado em duas regiões bastante distintas. A Região Norte-Nordeste produz, em maior proporção, o açúcar tipo demerara, que é destinado quase que integralmente à exportação. A Região Centro-Sul, que abriga 73% das unidades produtoras, domina a fabricação de açúcar cristal e refinado. Esse setor é responsável por gerar 1,2 milhões de empregos diretos e 3 milhões de empregos indiretos no País.

No que se refere ao mercado mundial, os resultados mostram que a produção de açúcar tem aumentado constantemente a uma taxa de 1,4%, alcançando mais de 1.280 milhões de toneladas em 2005. Dentre os maiores consumidores encontram-se a Índia, a União Européia, o Brasil, os Estados Unidos, a China, entre outros. As exportações totais, por sua vez, cresceram à taxa média anual de 3,6% no período de quinze anos, passando de cerca de 54,0 milhões de toneladas em 1990, para mais de 89,0 milhões de toneladas em 2005. O principal país exportador é a Colômbia, com mais de dois terços das vendas mundiais.

O açúcar é um dos produtos mais afetados pelas medidas protecionistas, desde o controle nas importações por meio de cotas e tarifas até subsídios à produção e exportação. Esse é caso da União Européia, que possui uma estrutura de regulamentação comunitária denominada Organização Comum do Mercado de Açúcar, com uma política de elevados subsídios aos produtores. Além disso, o bloco impõe barreiras ao açúcar brasileiro, que vão desde cotas tarifárias, subsídios, isenções concedidas a terceiros países e auxílio interno.

O Brasil, a partir do ano de 2002, passou a buscar o apoio da OMC para amenizar as restrições ao açúcar no mercado mundial. Contudo, não houve consenso, entre os países membros da OMC, para definir os parâmetros para as negociações de abertura do setor agrícola na Rodada de Doha, incluindo-se o caso do açúcar. Desse modo, o governo brasileiro formalizou um pedido de painel (comitê de arbitragem) na OMC, contra as políticas protecionista da União Européia.

As conclusões do contencioso sobre o açúcar constituem uma etapa rumo ao fim das distorções no comércio agrícola mundial e de assegurar a plena integração da agricultura às disciplinas da Organização Mundial do Comércio. O governo brasileiro espera que a União Européia dê cumprimento às determinações do Órgão de Apelação no menor prazo possível, em sinal inequívoco de seu respeito às disciplinas multilaterais de comércio. Os resultados ainda não são positivos, mas, se isso viesse a ocorrer, fortaleceria ainda mais a participação do País no mercado mundial do açúcar.

Referências

ALVES, Lucilio R. A.; BACCHI, Mirian R. P. Oferta de exportação de açúcar do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.42, nº 1, p. 9-33, jan. 2004.

AMARAL, Taís M. do; NEVES, Marcos F.; MORAES, Márcia A. D. de. **Cadeias produtivas do açúcar do Estado de São Paulo e da França: comparação dos sistemas produtivos, organização, estratégias e ambiente institucional**. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-03-5.pdf>. Acesso em: 28/maio/2006.

BELLON, B. **La filière de production: un concept de crise**. London: Centre de Recherches en Economie Industrielle, Université de Paris-Nord, 1983. (Documento de Trabalho, 106).

BATALHA, Mário O. **Gestão agroindustrial: Gepai – Grupo de Estudos e Pesquisas das Agroindústrias**. São Paulo, Atlas. v.I, 1997. 573 p.

CASTRO, Antônio M. G. **Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/SPcamp>, 2002. Acesso em: 29 nov.2002). 27 p.

CLEMENTE, Ademir e HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo, Atlas 2000, 260 p.

COSTA, Cinthia C. da; BURNQUIST, Heloisa L. Subsídios cruzados sobre as exportações de açúcar da União Européia e impacto nas exportações In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIII., 2005, Ribeirão Preto, USP. SP. **Anais...** Ribeirão Preto: v. 1, 24 a 27 de julho, 2005, 19 p.

CUNHA, C.J.C. **A competitividade da agricultura brasileira no Mercosul: estudo de caso**, Brasília, Ipea, 1994, (Série Estudos de Política Agrícola nº 03), 46 p.

HADDAD, Paulo R. (org) **Economia regional: teorias e métodos**. Fortaleza: Etene/BNB, 1989.

HERRERA, Vânia É.; ABREU, Andréia de; STOCO, Marcel C. Munhos; LOPES, Luca O.; BARBOSA, Danilo H. **A Competitividade da Agroindústria Sucroalcooleira do Brasil e o Mercado Internacional - Barreiras e Oportunidades**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIII., 2005, Ribeirão Preto, USP. SP. **Anais...** Ribeirão Preto: v. 1, 24 a 27 de julho, 2005, 21 p.

LAMOUNIER, Wagner M.; CAMPOS FILHO, Mário Ferreira; BRESSAN, Aureliano A. **Análise do Trade-Off na Produção de açúcar e álcool nas usinas da Região Centro-Sul do Brasil**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIV., 2006, Fortaleza, **Anais...** Fortaleza: v. 1, 23 a 27 de julho, 2006, 22 p.

MARJOTTA-MAISTRO, M.C. **Ajustes nos mercados de álcool e gasolina no processo de desregulamentação**. 2002. 180 p.. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2002. 180p.

PROCHNIK, Victor; HAGUENAUER, Lia. **Cadeias produtivas e oportunidade de investimentos no nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, 2001. 28 p. (Texto para Discussão n. 453).

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento **Acompanhamento da produção sucroalcooleira**. Disponível em: <http://masrv60.agricultura.gov.br/spc/daa/Resumos/Maio05-06b.pdf>. Acesso em 06 jun/2006.

MIDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior **Negociações Internacionais**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sece/beginternacionais/barextinfcomerciais>. Acesso em 21/ago./2006.

MORAES, Márcia A. F. D. A Cadeia produtiva da cana, em mercado desregulamentado. **Visão Agrícola**, Piracicaba, v. 1, p. 94-99, jan./jun. 2004.

MOURA Filho, Heitor P. A organização comum do mercado de açúcar na União Européia: estrutura, instrumentos regulatórios e interesses. **Estudos Infosucro** nº 5, p. 1-19 Nov. 2001. p. 1-19.

SALOMÃO, Alexa. O novo ciclo da cana-de-açúcar. **Revista Exame**, São Paulo v. 39. n, 12. 22/jun./2005.

TRICHES, Divanildo, CALDART, Wilson L., FOCHEZATTO, Adelar, & SIMAN, Renildes F. **Identificação e análise da cadeia produtiva da uva e do vinho da Região da Serra Gaúcha** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLII., 2004, Cuiabá, USP. SP. **Anais...** Cuiabá: v. 1, 25 a 28 de julho, 2004, 19 p.

TRICHES, Divanildo, CALDART, Wilson L., SIMAN, Renildes F. e STÜLP, Valter J. **A cadeia produtiva da carne de frango da região da serra gaúcha: uma análise da estrutura de produção e mercado.** In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIII., 2005, Ribeirão Preto, USP. SP. **Anais...** Ribeirão Preto: v. 1, 24 a 27 de julho, 2005, 19 p.

UNICA - **União da Agroindústria Canavieira de São Paulo.** Agroindústria da Cana-de-açúcar: alta competitividade canavieira. 2005 Disponível em: http://www.unica.com.br/pages/agroindustria_alta.asp. Acesso em 13/nov./2005. p. 1-2.

WAACK, Roberto S.; NEVES, Marcos F. **Competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar:** São Paulo: USP, v. 5. p. 1-69, 1998.

Universidade de Caxias do Sul

Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

- 030 – mar. 2009** – Empresas transnacionais e os investimentos estrangeiros diretos: uma análise comparativa entre os países selecionados a partir dos anos 90
Janete Pezzi – DECE/UCS, Divanildo Triches – IPES/UCS/PPGE/UNISINOS
- 031 – abr. 2009** – Análise do desempenho das exportações brasileiras de açúcar e as restrições da União Européia a partir de 1995
Divanildo Triches – IPES/UCS/PPGE/UNISINOS; Soraia Santos da Silva DECE/UCS

